



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15060 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM CAMPO GRANDE/MS E O TRABALHO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Mariana Sayd Bellé - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

A profissão da docência requer, entre outros aspectos, preparo técnico e científico para seu exercício. No que se refere à valorização dos profissionais do magistério, a formação surge ao lado de fatores como remuneração, ingresso, carreira e condições de trabalho – aspectos evidenciados no artigo 67 da Lei de Diretrizes e Bases, LDB, n. 9.394/1996. Dessa forma, a garantia da formação inicial e continuada de professores vem sendo foco de inúmeros estudos no campo da pesquisa educacional. Nesse caminho, chama também a atenção para a questão da subjetividade da efetivação desse direito, pois a formação – no caso desse trabalho, com ênfase na formação continuada – pode ser realizada de várias formas, com diferentes concepções, objetivos, investimentos e metodologias.

A falta de investimentos para fazer da formação continuada uma política permanente e estruturada, ao menos no município de Campo Grande – MS, deixa espaço para que esse trabalho seja realizado conforme o interesse pontual da administração pública. No cotidiano da educação infantil no município citado, esse trabalho tem sido realizado quase que absolutamente pelo Coordenador Pedagógico da instituição, com suporte e orientação do setor específico da Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Com isso, é imprescindível que se investigue e perceba de que forma esses profissionais têm encarado essa responsabilidade e qual sua percepção acerca da formação continuada.

Tendo em vista tais questionamentos, este trabalho apresenta parte da pesquisa realizada durante curso de mestrado que se propôs a investigar e analisar de que forma a formação continuada de professores da educação infantil das Escolas Municipais de Educação Infantil de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, é organizada e implementada. Para tanto, foi

realizada, no ano de 2022, pesquisa de campo com questionários e entrevistas de Coordenadores Pedagógicos da instituição. As questões elaboradas buscaram compreender a forma de organização e planejamento das formações e as orientações e diretrizes encaminhadas pela Secretaria de Educação. O questionário foi encaminhado ao Comitê de Ética junto com o projeto de pesquisa.

Desenvolvimento

A projeto em que se inclui essa pesquisa foi desenvolvido com o objetivo de compreender e analisar as políticas públicas do referido município para formação continuada e a atividade do coordenador pedagógico na sua implementação. A partir de conceitos do materialismo histórico dialético, o trabalho foi elaborado a partir 03 categorias de análise: trabalho, contradição e mediação. Ao compreender o trabalho docente como atividade de formação humana, torna-se imprescindível refletir sobre as condições de trabalho oferecidas ao professor para que exerça seu trabalho.

Nesse sentido, o coordenador e a sua atuação na formação continuada, podem representar um condicionante fundamental para que a formação dos alunos se realize no caminho da formação crítica, emancipatória e no acesso aos conhecimentos científicos historicamente produzidos. Entende-se que sendo a sua atividade laboral tão fundamental para a sociedade democrática, é incontestável a necessidade de professores com formação apropriada para o domínio dos conhecimentos científicos. Somente de posse desses conhecimentos, valores e habilidades, que são a matéria prima para a educação do aluno, este terá condições de materializá-los na sua interpretação da realidade e na tomada de decisões conscientes. (Russo, 2007).

Em contradição à essa necessidade, as políticas e programas educacionais têm apresentado a tendência ao enfoque em resultados das avaliações em larga escala, ao atendimento dos índices de desempenho e à formação de força de trabalho para o mercado. Tais concepções refletem-se nas políticas de formação dos professores, tanto inicial como continuada.

De tal maneira, as reformas educacionais das últimas décadas apontam contradições e inconstâncias que divergem em seus princípios e objetivos. Em um caminho cada vez mais pautado pelas discussões e recomendações de organizações internacionais, e a crescente interferência de instituições privadas e de interesse empresariais, as políticas educacionais aparentam antepor o papel do professor em sua dimensão técnica e instrumental ao conceber projetos de regulação e controle voltados a atender interesses mercadológicos. (Brzezinski, 2018).

Em seguimento à pesquisa, o coordenador pedagógico surge como o profissional que

tem a possibilidade de realizar o trabalho de formação continuada no interior da instituição escolar. E é por isso que desvendar de que forma essas ações internas são realizadas é tão relevante. Em 2022, ano de realização da pesquisa, o município contava com 106 escolas municipais de educação infantil, as EMEIs. Os questionários foram enviados para um total de 120 coordenadores, visto que EMEIs com mais criança matriculadas possuem mais de 01 profissional na função. No total, foram recebidas 38 respostas do questionário e 10 participantes manifestaram-se positivamente para a entrevista. Foram elaboradas questões dissertativas na intenção de dar liberdade de resposta e possibilidade aos diferentes entendimentos.

No calendário letivo do município existem 4 momentos (1 a cada bimestre) em que as crianças são dispensadas das aulas para que a equipe se reúna para a formação pedagógica. Esse dia é, via de regra, planejado pelo coordenador que recebe indicações de textos e pautas do setor da SEMED, a Gerência de Educação Infantil – GEINF, mas o coordenador tem a liberdade de utilizá-los ou não. A pesquisa nos mostrou que os coordenadores costumam utilizar, ao menos em parte, o material sugerido pela secretaria, e acrescentar estudos voltados às particularidades da equipe.

Dentre as questões surgiu também com ênfase a questão das atribuições do trabalho do coordenador. No município de Campo Grande existe apenas a função de coordenador pedagógico, ainda não é um cargo instituído e não há concurso público para sua lotação. As nomeações são feitas por meio de processo seletivo interno (dentre professores do quadro efetivo) ou por indicação (sem a necessidade de ser pertencente ao quadro efetivo). É importante salientar que não há processo seletivo para coordenação desde 2018. Com isso, as funções atribuídas a função ainda são genéricas e extensas. Além disso, causam falta de consenso na delimitação do que é atribuição do coordenador. Os participantes da pesquisa relataram ter dificuldade, entre tantas demandas, a priorizar os momentos de formação continuada.

O processo de formação continuada do professor requer planejamento, estudo, programação. Os coordenadores relatam não conseguir organizar-se para estudar para saber como atender os professores e, quando conseguem, por vezes o momento de formação acaba adiado ou cancelado em decorrência de outras emergências. Entende-se que apesar de todas as atribuições e demandas cotidianas, o coordenador necessita, ele mesmo, elaborar e defender suas formas de trabalho para assegurar o cumprimento de suas funções principais. Como afirma Pimenta (2000, p. 19) “Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições.”

Na análise das respostas aos questionários, assim como nas entrevistas, nota-se que a grande maioria dos coordenadores elabora e planeja as formações de acordo com as necessidades que ele mesmo observa nos professores, a partir das aulas planejadas, de algumas observações em sala, etc. Porém, sendo o professor responsável pelo

desenvolvimento de sua prática com autonomia, é fundamental que essa organização passe a incluir também o professor, não apenas como ouvinte e expectador de sua formação, mas como autor de seu próprio processo.

Ao pensar sobre a formação – inicial e continuada – dos professores, entende-se a necessidade de refletir sobre a relação da formação do trabalhador com o produto de seu trabalho, e se constrói com a trajetória de formação do próprio indivíduo. Sendo assim, emerge a necessidade de pensar a formação como caminho para construção de conhecimentos que permitam a verdadeira compreensão da realidade, possibilitando seu questionamento e transformação (Martins, 2010).

Por fim, a última das problemáticas trazidas pela pesquisa que será trazida neste trabalho refere-se a falta de interesse e participação dos professores nas formações. Quando acontecem as formações na SEMED – antes da pandemia havia também 1 dia por bimestre destinado a formações realizadas para os professores na secretaria – alguns professores voltam para a instituição dizendo que não há como aplicar o que foi dito na formação em sua sala, que não foi um tema interessante, etc. As políticas para a formação de professores, especialmente a continuada, devem levar em consideração os caminhos já percorridos pelo docente. Com uma rotina já tão repleta de desafios, o professor não deveria utilizar seu tempo de formação para ouvir novas tendências pedagógicas mirabolantes que não cabem em sua realidade. Considerar as particularidades de cada equipe, as individualidades de cada professor e utilizar os períodos de formação para estudos e conhecimento aprofundado daquilo que realmente subsidiará a sua prática é o que pode fazer a diferença na qualidade da educação.

Conclusões

A importância que se dá ao processo de formação continuada dos professores reflete o entendimento que se tem do que é o trabalho docente e das concepções de ensino, aprendizagem, educação e sociedade. Ao deparar-se com políticas e programas de formação continuada generalizados, superficiais e segmentados perceber-se que o exercício do magistério é visto como cumpridor de metas para alcance de indicadores. Professores, alunos e escolas sem rostos, nomes e identidades, todos iguais.

Fica a cargo do coordenador pedagógico tentar, em meio a tantas demandas buscar formas de atender a sua equipe em suas necessidades. O grande desafio acredita-se estar em organizar, dentro dessa equipe, relações de confiança, colaborativas em que os professores possam tomar parte de destaque em sua formação, amparados e conduzidos pelo coordenador.

Palavras-chave: Valorização de professores. Política educacional. Programas de formação de professores.

REFERÊNCIAS

BELLÉ, Mariana Sayd. **Os programas de formação continuada de professores da educação infantil da rede municipal de campo grande e o trabalho de mediação do coordenador pedagógico.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.

BRZEZINSKI, Iria. **LDB/1996 vinte anos depois: projetos educacionais em disputa.** 1. ed. São Paulo, 2018.

MARTINS, Lígia Márcia. O legado do século XX para a formação de professores. In: MARTINS, L.M., DUARTE, Newton (orgs). **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 191 p., ISBN 978-85-7983-103-4.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, 2000, p. 15-34.

RUSSO, Miguel Henrique. Trabalho e Gestão na escola: especificidades do processo de produção pedagógico. **Cadernos ANPAE**, v. 4, 2007.